

ANEXO II EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ares-condicionados do prédio da Câmara Municipal de Itapecerica da Serra.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2025 - EDITAL Nº 05/2025 PROCESSO nº 63.701/2025

1.1 - A empresa vencedora do Pregão deverá encaminhar toda a documentação física da habilitação, consultas aos Tribunais de contas do Estado de São Paulo e União e proposta readequada em até 05(cinco)dias úteis, sendo que tais documentos deverão ser encaminhados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial e com validade na data de realização da licitação, para a Câmara Municipal de Itapecerica da Serra - SP, localizada na Largo da Matriz N. Sra. dos Prazeres, 147 - Centro – Itapecerica da Serra – SP – CEP 06850-730, aos cuidados do Pregoeiro, pessoalmente ou por qualquer serviço intermediário de entregas (correios, transportadora etc), com a seguinte descrição no envelope:

ENVELOPE COM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N.º ______/2025

Câmara Municipal de Itapecerica da Serra – SP

PROPONENTE: (nome da empresa)

- I Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/SP;
- II Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União



(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

- III Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- **1.2** A documentação referente à habilitação deverá conter o seguinte:
- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, em atividade compatível ao ramo do objeto a ser licitado.
- b) Fotocópia autenticada do Alvará de Funcionamento, emitido pela unidade correspondente do logradouro da empresa.
- c) A Prova de regularidade referente à Seguridade Social (CND) INSS, poderá ser substituída pela emissão da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), desde que contenha em seu corpo a descrição de que abrange os créditos tributários relativos a contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212 de 24/07/1991, atendendo as exigências da Portaria PGFN/RFB n. 1751 de 02/10/2014.
- d) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.
- g) Certidão de Efeitos Trabalhistas (CNDT). Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de1943.



- h) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não constando o prazo de validade, o Pregoeiro aceitará apenas a certidão expedida até 90 (Noventa) dias antes da abertura da proposta.
- i) Declaração de Idoneidade e Inexistência de Fato Superveniente, conforme o modelo do ANEXO IV, assinada pelo representante legal da licitante.
- j) Declaração de Responsabilidades, assinada pelo representante legal da empresa, conforme o modelo do ANEXO VIII.
- k) Declaração de Fatos Impeditivos, ANEXO V.
- l) Declaração de que não possui no quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, ANEXO VI.
- m) Declaração de que não integra o corpo social, nem o quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, ANEXO IX.
- n) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou última alteração contratual devidamente consolidada do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas.
- o) Documento de identificação dos sócios autenticado.
- p) Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ.
- q) Atestado de Capacidade Técnica.
- 1.3 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por



qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

- **1.4** O Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixandolhes prazo para atendimento.
- **1.5** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.